

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**Aviso n.º 18487/2008****Exoneração de secretária do Gabinete de Apoio Pessoal a Vereador**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 26 de Maio de 2008 e considerando a competência que me é cometida pelo n.º 3 do artigo 74.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, exonero a funcionária Palmira Manuela Cerqueira Peres, do lugar que ocupava, em regime de comissão de serviço, como secretária do Gabinete de Apoio a Vereador, regressando a mesma às funções correspondentes à sua categoria de Técnica de Turismo de 1.ª classe, com efeitos desde o dia 02 de Junho do corrente ano.

13 de Junho de 2008. — O Presidente da Câmara, *Castro Fernandes*.
300436455

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MADEIRA**Aviso (extracto) n.º 18488/2008**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, de harmonia com o despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 21 de Maio de 2008, foi concedida licença sem vencimento de longa duração ao funcionário Fernando Moreira Teixeira, Operário Qualificado Principal — Jardineiro, com efeitos a partir de 23 de Maio de 2008.

12 de Junho de 2008. — O Vice-Presidente da Câmara, *Rui M. Oliveira Costa*.

300435661

Aviso (extracto) n.º 18489/2008

Para os devidos efeitos torna-se público que, de harmonia com o despacho do Senhor Presidente datado de 15 de Maio de 2008, foi aceite o pedido de exoneração da funcionária Maria Isabel Vieira Costa, Operária Qualificada — Jardineira, com efeitos a partir de 23 de Maio de 2008.

12 de Junho de 2008. — O Vice-Presidente da Câmara, *Rui M. Oliveira Costa*.

300435604

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL**Aviso n.º 18490/2008**

Dr. Francisco José de Matos, vereador do Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de São Pedro do Sul:

Faz público que, em cumprimento do estipulado nos artigos 22.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 04/06, se encontra em discussão pública, a alteração aos lotes A 2, A 3, A 8, A 10, A 11 e A 12 do loteamento urbano denominado “Vale de Fora, sito no lugar do Pedregal, freguesia de Santa Cruz da Trapa, requerida em nome de João de Freitas Ferreira de Almeida, Carlos Alberto Tavares Rodrigues José António Fernandes Lopes, Rosa Maria de Almeida Fernandes Silva e Artur Fernandes Rodrigues.

Os interessados poderão, querendo, dirigir por escrito, as suas sugestões, observações ou reclamações a esta Câmara Municipal, para a Secção de Obras e Urbanismo, durante o prazo de 15 dias, a contar da publicação deste “Aviso” no “*Diário da República*”.

O pedido de alteração ao alvará de loteamento estará para consulta de todos os interessados, nas horas normais de expediente, na Secção de Obras e Urbanismo desta Câmara Municipal.

29 de Maio de 2008. — O Vereador do Planeamento e Gestão Urbanística, *Francisco José de Matos*.

300434316

Rectificação n.º 1404/2008

Para os devidos efeitos se torna público que, no aviso desta Câmara Municipal, publicado no *Diário da República* 2.ª série n.º 107, páginas 24957 a 24959, de 4 de Junho de 2008, referente ao concurso externo de ingresso para admissão de estagiários com vista ao provimento de dois lugares de Técnico de Informática — Grau 1, Nível 1, no ponto 13.1, onde se lê:

«Legislação:

Lei da Criminalidade Informática — Lei n.º 109/91, de 19 de Agosto;

Lei da Protecção de Dados Pessoais — Lei n.º 67/98, de 26 de Agosto;»

deve ler-se:

«Legislação:

Lei da Criminalidade Informática — Lei n.º 109/91, de 17 de Agosto;

Lei da Protecção de Dados Pessoais — Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro;»

4 de Junho de 2008. — O Presidente da Câmara, *António Carlos Figueiredo*.

300434276

CÂMARA MUNICIPAL DO SARDOAL**Aviso n.º 18491/2008****Reclassificação profissional**

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de 12 de Maio de 2008, foi reclassificada a seguinte funcionária, nos termos do disposto nas alíneas *d)* e *e)*, do artigo 2.º, e ainda do n.º 2, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, que procede à adaptação à administração local do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro:

Linda Maria Dias Duarte — Auxiliar de Serviços Gerais, Escalão 2, Índice 137, para a categoria de Assistente de Acção Educativa, Escalão 1, Índice 199, do quadro de pessoal do Município.

Nos termos do n.º 2, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, a funcionária está dispensada do exercício das funções em regime de comissão de serviço extraordinária.

A nomeada deverá aceitar o cargo no prazo de 20 dias, a contar da data de publicação no *Diário da República*.

13 de Junho de 2008. — O Presidente da Câmara, *Fernando Constantino Moleirinho*.

300437419

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA**Aviso n.º 18492/2008**

Em cumprimento do disposto no n.º 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, adaptada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, a seguir se publica o despacho de nomeação, em regime de comissão de serviço, por um período inicial de três anos, de Miguel Ângelo Cunha Gonçalves Almeida, no cargo de Director do Departamento de Administração Financeira e Patrimonial, e respectiva nota curricular:

No uso da competência que me é conferida pela alínea *a)* do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e em conformidade com o disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, adaptada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e considerando que:

O procedimento concursal tendente ao provimento, em regime de comissão de serviço, do cargo de Director do Departamento de Administração Financeira e Patrimonial, do quadro de pessoal desta Câmara Municipal, foi aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 25, de 5 de Fevereiro de 2008; no jornal “*Diário de Notícias*”, de 14 de Fevereiro de 2008; na Bolsa de Emprego Público, em 15 de Fevereiro de 2008;

Analizadas as candidaturas admitidas ao presente procedimento, constatou-se que Miguel Ângelo Cunha Gonçalves Almeida é o candidato que, reunindo os requisitos legais para provimento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau — Director de Departamento, melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do referido Departamento, e tudo nos exactos termos e com a fundamentação melhor explicitada na proposta de nomeação, formulada pelo júri do presente procedimento em cumprimento do n.º 5 do artigo 21.º do supra referido diploma legal, em anexo, que faz parte integrante do presente procedimento e que homologuei à data de 19/05/2008, tratando-se de

candidatura que preenche, assim, as condições para ocupar o cargo, conforme se constata pela nota curricular em anexo;

Termos em que nomeio, em regime de comissão de serviço, por três anos, ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, adaptado à Administração Local pelo artigos 9.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, *Miguel Ângelo Cunha Gonçalves Almeida*, candidato admitido no âmbito do procedimento supra referido, e com fundamento na apreciação final constante na proposta anexa.

A vaga para a qual o candidato é nomeado, foi criada aquando da alteração ao quadro de pessoal desta Autarquia, a que se refere a publicação no *Diário da República*, 2.ª série — Suplemento, n.º 253, de 2 de Novembro de 1995 — apêndice n.º 167-A, resultando da cessação da comissão de serviço do anterior titular.

21 de Maio de 2008. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Director Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, *José António Vaz Guerra da Fonseca*.

ANEXO

Nota curricular

Nome — Miguel Ângelo Cunha Gonçalves Almeida.

Data de nascimento — 8 de Janeiro de 1972.

Habilitações — Licenciatura em Economia, pela Universidade Lusitana, em 1995.

Lugar do quadro — Técnico Superior de Economia Principal — Câmara Municipal de Sintra.

Experiência profissional específica:

De Novembro de 1997 a Maio de 1999 — desempenho de funções no Departamento de Gestão Financeira;

De Maio de 1999 a Setembro de 2002 — funções de coordenação e de chefia da Divisão de Planeamento do Departamento de Administração Financeira e Patrimonial da Câmara Municipal de Sintra;

De Setembro de 2002 a Janeiro de 2007 — funções de coordenação e de direcção do Departamento de Administração Financeira e Patrimonial da Câmara Municipal de Sintra;

De Janeiro a Junho de 2007 — Director do Departamento Administrativo e Financeiro da Sociedade Parques de Sintra — Monte da Lua;

Desde Julho de 2007 — Director do Departamento de Administração Financeira e Patrimonial da Câmara Municipal de Sintra, em regime de substituição.

300435272

Aviso n.º 18493/2008

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 30 de Maio de 2008, foram nomeados:

Arquitecto Principal, Rui Alexandre Almeida Oliveira Carriço e David Ribas Maranhã, primeiro e segundo candidatos classificados no concurso interno de acesso geral aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 13 de Agosto de 2007;

Assistente Administrativo Principal, Paula Cristina Nunes Almeida Vicente, Tânia Carina Dias Ferreira, Sandra Cristina Cachopo Baião, Elsa Cristina Ferreira Martins, Maria Conceição Domingos Jerónimo, Patrícia Susana Pisa Tomé, Paula Cristina Jesus Brás Martins e Maria de Fátima Oliveira Dias, primeira a oitava candidatas classificadas no concurso interno de acesso geral aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 196, de 11 de Outubro de 2007.

Os candidatos nomeados deverão aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso. (Isentos de visto prévio do Tribunal de Contas).

2 de Junho de 2008. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Director Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, *José António Vaz Guerra da Fonseca*.

300435134

Aviso n.º 18494/2008

Em cumprimento do disposto no n.º 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, adaptada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, a seguir se publica o despacho de nomeação, em regime de comissão de serviço, por um período inicial de três anos, de Maria

João Carmo Raposo, no cargo de Directora do Departamento de Cultura e Turismo, e respectiva nota curricular:

No uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e em conformidade com o disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, adaptada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e considerando que:

O procedimento concursal tendente ao provimento, em regime de comissão de serviço, do cargo de Director do Departamento de Cultura e Turismo, do quadro de pessoal desta Câmara Municipal, foi aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 20 de Fevereiro de 2008; no jornal “Notícias da Manhã”, de 27 de Fevereiro de 2008; na Bolsa de Emprego Público, em 28 de Fevereiro de 2008;

Analizadas as candidaturas admitidas ao presente procedimento, constatou-se que Maria João do Carmo Raposo é a candidata que, reunindo os requisitos legais para provimento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau — Director de Departamento, melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do referido Departamento, e tudo nos exactos termos e com a fundamentação melhor explicitada na proposta de nomeação, formulada pelo júri do presente procedimento em cumprimento do n.º 5 do artigo 21.º do supra referido diploma legal, em anexo, que faz parte integrante do presente procedimento e que homologuei à data de 30/05/2008, tratando-se de candidatura que preenche, assim, as condições para ocupar o cargo, conforme se constata pela nota curricular em anexo;

Termos em que nomeio, em regime de comissão de serviço, por três anos, ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, adaptado à Administração Local pelo artigos 9.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, Maria João do Carmo Raposo, candidata admitida no âmbito do procedimento supra referido, e com fundamento na apreciação final constante na proposta anexa.

A vaga para a qual a candidata é nomeada, foi criada aquando da alteração ao quadro de pessoal desta Autarquia, a que se refere a publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 9 de Maio de 2000 — apêndice n.º 68-A, resultando da cessação da comissão de serviço do anterior titular.

3 de Junho de 2008. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Director Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, *José António Vaz Guerra da Fonseca*.

ANEXO

Nota curricular

Nome — Maria João Carmo Raposo.

Data de nascimento — 9 de Outubro de 1967.

Habilitações — Licenciatura em História, pela Universidade Autónoma de Lisboa, em 1989.

Lugar do quadro — Técnico Superior de História Assessor Principal — Câmara Municipal de Sintra.

Experiência profissional específica:

De 1990 a 1999 — funções de coordenação do serviço de animação cultural da Divisão de Cultura da Câmara Municipal de Sintra;

De 1999 a 2007 — Chefe da Divisão de Animação Cultural da Câmara Municipal de Sintra;

Desde 2007 — Directora do Departamento de Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Sintra, em regime de substituição.

300435215

Aviso n.º 18495/2008

Nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por despacho do Ex.º Senhor Presidente da Câmara, de 3 de Junho de 2008, foi determinada a reclassificação profissional de:

Alberto Manuel Bento Henriques, Operário semiqualficado — Cantoneiro, posicionado no escalão 5 / índice 181, para a categoria de Operário Qualificado — Asfaltador, posicionado no escalão 5 / índice 184 (Em cumprimento do n.º 3 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi consultada a Bolsa de Emprego Público / Sistema Integrado de Gestão e Apoio à Mobilidade; verificando-se a existência de pessoal em situação de mobilidade especial, foi publicitada a respectiva oferta de emprego, em 2 de Maio de 2008 — Ref. P20082569, à qual não foi formalizada qualquer candidatura);